



Índice

- 01** [Vídeo mostra índios isolados fazendo contato com povoado no Peru](#)
- 02** [Riva diz que processos de ampliação de terras indígenas em MT são baseados em fraudes e quer CPI da Funai](#)
- 03** [Audiência debate ampliação das áreas indígenas Governador e Awá-Guajá no Maranhão](#)
- 04** [Cerca de 120 índios invadem fazenda em Corumbá](#)
- 05** [MJ instala mesa de diálogo com os povos indígenas](#)
- 06** [A questão indígena e as viúvas de Stalin](#)
- 07** [Palmeira protesta contra demarcação de terras indígenas](#)
- 08** [Direito indígena, do colonialismo ao pluralismo jurídico](#)
- 09** [Carta aberta dos povos do vale do Javari sobre a ameaça de projetos petrolíferos no Brasil e Peru](#)
- 10** [O Governo Tarso Genro e as manobras para violar os direitos indígenas](#)

Vídeo mostra índios isolados fazendo contato com povoado no Peru

SÍTIO G1, 21.08.2013

ONGs afirmam que tribo isolada pedia bananas para se alimentar.



Um grupo de índios da tribo Mashco-Piro, uma das mais isoladas do mundo, fez contato com pessoas em um povoado da região da Amazônia peruana para pedir comida, cordas e machetes, de acordo com autoridades locais.

As dezenas de índios foram filmadas em junho tentando atravessar o rio Las Piedras, no povoado de Monte Salvado, no sudeste do Peru (veja o vídeo no site da BBC).

Preocupados em preservar a saúde dos nativos - cujo sistema imunológico pode não resistir a doenças de pessoas que vivem no povoado - guardas da região dissuadiram os índios que tentavam chegar à outra margem do rio.

Saúl Puerta Penha, diretor da ONG Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Floresta Peruana conta que os índios no vídeo estão pedindo bananas para se alimentar.

Riva diz que processos de ampliação de terras indígenas em MT são baseados em fraudes e quer CPI da Funai

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUÁIA, 21.08.2013



O deputado estadual José Riva (PSD) quer criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para investigar o que ele chamou na tribuna durante sessão matutina desta quarta-feira (21) de fraudes, desmandos, e abusos por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai), na ampliação das terras indígenas em Mato Grosso.

“Por enquanto estão mexendo com trabalhadores, com e pequenos agricultores nessas ampliações

descabidas das reservas indígenas. Quero ver mexer com os grandes. Estou estudando minuciosamente por se tratar de um órgão federal, mas acho que temos competência para investigar exclusivamente os desmandes desse órgão no estado”, afirmou o parlamentar.

Segundo Riva, os processos da Funai se baseiam em fraudes, falsidades e mentiras que são colocadas nas ações de ampliação de terra indígena.

O que precisa ser melhor estudado é se a Casa de Leis Estadual tem competência para abrir uma CPI para investigar condutas de um órgão federal.

Da Reportagem Local - Laura Petraglia



Audiência debate ampliação das áreas indígenas Governador e Awá-Guajá no Maranhão

SÍTIO RURAL BR, 21.08.2013

Ampliação das delimitações envolve 13 municípios e afeta milhares de pessoas. Na cidade de Amarante, 20 mil agricultores familiares podem ser prejudicados

As terras indígenas demarcadas no Maranhão foram tema de discussão na Câmara dos Deputados na terça, dia 20. Em uma sessão que começou às 15h e terminou à noite, produtores rurais, prefeitos e representantes dos indígenas debateram a ampliação das áreas Governador e Awá-Guajá. Mesmo com determinação da Justiça, os produtores permanecem no local.

A ampliação de duas áreas indígenas envolve 13 municípios e afeta diretamente milhares de produtores rurais. Só a cidade de Amarante deve perder 75% do seu território, prejudicando 20 mil pessoas ligadas à agricultura familiar.

– Isso vai contra a reforma agrária; tirar o homem do campo, colocar em uma cidade, sem ter o que comer, sem trabalhar. Os índios não reivindicam terras, mas assistência. Hoje, os índios têm terras improdutivas, não produzem, passam necessidade, passam fome – ressaltou a prefeita de Amarante, Adriana Ribeiro.

– Isso não é verdade. Qualquer cidadão sem território não tem vida. Quem primeiro viveu nas terras foram os índios, estamos buscando o que perdemos – rebateu o membro da Comissão de Política Indigenista, Lourenço Borges Milhomem.

Em abril do ano passado, o Ministério da Justiça havia dado o prazo de um ano para que as famílias deixassem as áreas. Porém, os agricultores continuam no local.

– A proposta é que seja feito um processo pactuado pelas duas partes, que elas possam receber benefícios de programas sociais da reforma agrária, de forma pacífica – disse o coordenador de índios isolados da Funai, Carlos Travassos.

– Os índios que estão lá podem ser preservados, mas não com ampliação de terras, mas com ampliação de recursos. O que estamos atrás é de uma solução para não usar a força. Faço o apelo para que o Ministério da Justiça não aperte esse botão. Nós sabemos que pode ter derramamento de sangue. Porque vai ter gente que vai defender a sua terra – destacou o deputado federal Weverto Rocha (PDT-MA).



Cerca de 120 índios invadem fazenda em Corumbá

SÍTIO A GAZETA NEWS, 21.08.2013

Cerca de 120 indígenas de etnia Kadiwéu ocuparam a Fazenda Limoeiro, em Corumbá, na noite de ontem (20) e renderam quatro seguranças. De acordo com o advogado do dono da propriedade, Carlos Fernando de Souza, esta é a segunda vez em menos de dois anos que índios entram na propriedade.

Conforme o advogado, uma comunicação foi encaminhada ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pedindo providências.

Carlos relata que os índios entraram na propriedade montados a cavalo, amarraram quatro seguranças e outros dois conseguiram fugir. Os profissionais que faziam a guarda da propriedade são contratados por uma empresa de Dourados.

Os seguranças faziam ronda na propriedade devido à invasão ocorrida em março de 2011, quando o advogado do produtor rural entrou com pedido de reintegração de posse na 2ª Vara Federal de Campo Grande e teve a solicitação atendida em outubro do ano passado.

Segundo o advogado, já comprovou na Justiça a legalidade da fazenda Limoeiro, propriedade da família Rovilson Alves Corrêa desde a década de 60. Um novo pedido de reintegração de posse era anexado ao processo.

De acordo com levantamento feito pela Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul) no Estado já são 67 propriedades ocupadas por indígenas.

Fonte: Campo Grandenews



MJ instala mesa de diálogo com os povos indígenas

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 21.08.2013

A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) se reúne nesta quinta-feira (22) às 9 horas no Ministério da Justiça. O encontro terá como foco principal a instalação da Mesa de Diálogo com os Povos Indígenas, proposta pela presidenta da República. Os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho vão coordenar parte da reunião, que contará também com a presença dos titulares das pastas: Casa Civil; Saúde; Educação; Planejamento, Orçamento e Gestão; Defesa; Gabinete de Segurança Institucional; Meio Ambiente; Minas e Energia; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Advocacia Geral da União.

A CNPI é formada por 20 representantes indígenas de diferentes regiões do país, dois representantes de organizações indigenistas e 13 membros do governo federal, dentre eles a presidente da Funai que a coordena. A função da comissão é apoiar e articular os diferentes órgãos e estruturas governamentais e acompanhar a execução orçamentária das ações voltadas às populações indígenas.

Desde a sua instalação, em 2007, a CNPI se reuniu em 20 reuniões ordinárias e sete reuniões extraordinárias, além do Seminário Nacional sobre Mulheres e Jovens Indígenas, Seminário Nacional e 10 Oficinas Regionais sobre Estatuto dos Povos Indígenas e quatro Seminários Regionais sobre empreendimentos que afetam terras indígenas.

Fonte: Agência MJ de Notícias



A questão indígena e as viúvas de Stalin

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 21.08.2013

Mas os próprios deputados recorrem com frequência ao Supremo exigindo sua intervenção contra questões perdidas no voto, como agora, no caso da PEC 215, que ira do Executivo o poder de decisão sobre a demarcação de terras indígenas.

Algumas questões se apresentam em nosso cotidiano com variados graus de importância, embora todas com grande dificuldade de entendimento. Uma delas é o relacionamento entre os poderes. Dia desses, uma crise sem precedentes ameaçou se instalar entre a Câmara Federal e o Supremo, a primeira reclamando, em chiadeira nacional, da absurda quebra da independência entre os poderes da república com a intromissão do STF na decisão da Câmara de não afastar os mensaleiros condenados. Mas os próprios deputados recorrem com frequência ao Supremo exigindo sua intervenção contra questões perdidas no voto, como agora, no caso da PEC 215, que ira do Executivo o poder de decisão sobre a demarcação de terras indígenas.

Deputados da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, liderados pelo nosso deputado Padre Ton e por um dos mais respeitados quadros do PT, o deputado Domingos Dutra (tão bom eu já declarou em entrevista que vai abandonar a vida pública porque seu partido "foi engolido pelo sistema") foram novamente pedir socorro ao STF. Eles pediram ao ministro do Luís Roberto Barroso que suspenda a tramitação da PEC. Quer dizer que, nesse caso, o judiciário pode intervir sem comprometer a harmonia entre os poderes? E por que não no imediato afastamento de parlamentares já condenados?

Assisti dia desses a um debate sobre a questão indígena na TV Câmara, entre os deputados Moreira Mendes e Domingos Dutra. O petista foi literalmente engolido, a ponto de recorrer a chavões como "os índios já estavam aqui quando Cabral chegou", ou "algumas nações indígenas são nômades e precisam de grandes áreas". A considerar esse raciocínio, certamente o planalto corre o risco de desapropriação para demarcação de reserva, tamanha a assiduidade com que os índios se instalam por lá. É até divertido considerar que a fauna já está ali bem representada, com cobras, raposas, macacos que pulam de galho em galho, crocodilos, traíras e até uma poderosa anta.

Mas a coisa é séria. A predileção das esquerdas pelas minorias é tamanha que chega a fazer com que a tal preocupação com o social se sobreponha aos interesses da sociedade. Mas que ninguém se equivoque: não há qualquer sentimento cristão ou humanitário nisso. É tudo cabalação de votos. Uma federação de minorias devidamente robustecida pela tendência brasileira de torcer pelos mais fracos pode eleger um presidente. Ou enta, se preferirem.

O que as viúvas do comunismo soviético precisam entender é que não existe nação indígena,
CONT.



cigana, quilombola, corintiana ou rubro-negra. Existe nação brasileira e o interesse do povo brasileiro como um todo deve prevalecer sempre. Não se pode privilegiar uma minoria oferecendo a ela o que é tirado de todos. Ilustra bem esse raciocínio o discurso proferido este ano na DUMA (parlamento russo) pelo presidente Vladimir Putin, que foi aplaudido de pé por quase cinco minutos, ao avaliar as situações de tensão em relação às minorias vividas naquele país. Disse ele:

"Na Rússia vivem Russos.

Qualquer minoria, seja ela de onde for, que queira viver, trabalhar e comer na Rússia, deverá falar russo e deverá respeitar as leis russas.

Se preferirem a Lei da Sharia, então avisamo-los para irem para os países onde essa seja a lei do estado.

A Rússia não tem necessidade de minorias.

As minorias é que necessitam da Rússia, e nós não lhes concederemos privilégios especiais, nem tencionamos mudar as nossas leis para ir ao encontro dos seus desejos, não importando quão alto gritarem "discriminação".

Será melhor que aprendamos com os suicídios da América, Inglaterra, Holanda e França, se quisermos sobreviver como nação.

Os costumes e tradições russas não são compatíveis com a falta de cultura ou os modos primitivos da maior parte das minorias.

Quando este honorável corpo legislativo pensar em criar novas leis, deverá ter em mente em primeiro lugar os interesses nacionais, atendendo que as minorias não são russas!!!"

Mais claro impossível. Mas eis outra questão de difícil entendimento: porque jornalistas se recusam a aprender o correto uso da crase? Já falei sobre isso à exaustão (esse à é, sim, craseado). Não se pode confiar no corretor ortográfico e gramatical do Word. Ele não vale nada. Na ignorância, usem o bom senso e não apliquem crase alguma. Pode-se sempre argumentar com o esquecimento. E não fica tão feio. "De quinta à domingo", pelo amor de Deus, isso não!



Palmeira protesta contra demarcação de terras indígenas

SÍTIO TRIBUNA LIVRE, 21.08.2013

Palmeira dos Índios – O aniversário da emancipação política de Palmeira dos Índios foi marcado por protestos. Pela manhã, donos de propriedades rurais fizeram uma manifestação contra o processo de demarcação de terras indígenas e à tarde, durante o desfile cívico, servidores da Educação e da Saúde em greve fizeram um “enterro simbólico da democracia”, em protesto contra a falta de um canal de diálogo com a prefeitura para negociação salarial.

O protesto realizado pela manhã, organizado pelo movimento “Palmeira de Todos”, formado por membros de 15 entidades de classe e religiosas, contou com a presença do deputado federal Renan Calheiros Filho (PMDB), do deputado estadual Edval Gaia (PSDB), além de outras lideranças políticas da região. O prefeito James Ribeiro (PSDB) também esteve presente para apoiar a manifestação, que tem como objetivo solicitar ao governo federal que o processo de demarcação das terras indígenas seja revisto e modificado.

Conforme um dos organizadores do movimento, o proprietário de terras e empresário Ivson Machado de Arruda, caso a devolução de quase sete mil hectares de terra para os indígenas seja concretizada, a economia de Palmeira dos Índios vai afundar. “Se isso realmente acontecer, o futuro da nossa cidade será tenebroso porque são os pequenos produtores que movimentam a economia de Palmeira. Sem eles, o comércio vai quebrar e nenhuma empresa irá querer ficar na cidade”, afirmou, explicando que, na área demarcada, atualmente vivem 450 famílias de agricultores.

Fonte: Gazeta de Alagoas



Direito indígena, do colonialismo ao pluralismo jurídico

SÍTIO O PROGRESSO, 21.08.2013

Quando falamos em direito consuetudinário, ou direito costumeiro dos povos indígenas, não podemos olvidar que o colonialismo "descobridor" ou invasor, está longe de ter terminado com a Independência (Grito do Ipiranga), atualmente continua a lesar o direito do outro sob outras formas, mas sempre em coerência com o seu princípio matricial: o racismo como uma forma de hierarquia social não intencional, porque assente na diferenças cultural, natural das raças.

É necessário dar o primeiro passo para iniciar a virada descolonial, mas esta só ocorrerá se o racismo for confrontado por uma vontade política "desracializante" firme e sustentável. A construção dessa vontade política é um processo complexo, mas tem a seu favor convenções internacionais e, sobretudo, a força política dos movimentos sociais protagonizados pelas vítimas inconformadas da discriminação racial, auxiliada pelas produções acadêmicas.

A virada descolonial da qual falamos tem de ocorrer no Estado e na sociedade, no espaço público e no privado, no trabalho e no lazer, na educação e na saúde. Para boa ventura da Souza Santos "a modernidade ocidental foi simultaneamente um processo europeu e um processo extra-europeu -dotado de mecanismos não menos poderosos, como colonialismo, racismo, genocídio, escravatura, destruição cultural, impunidade, não-ética da guerra". O máximo de consciência possível dessa democracia hipócrita é diluir a discriminação racial na discriminação social. Até se admite os povos indígenas são discriminados porque são pobres para não ter de admitir que eles são pobres porque são indígenas. Uma democracia de muito baixa intensidade. A crise final começa no momento em que as vítimas da discriminação se organizam para lutar contra a ideologia que os declara ausentes e as práticas que os oprimem enquanto presenças desvalorizadas.

É neste cenário inóspito que se propõe pluralismo jurídico a partir da multiplicidade de manifestações normativas num mesmo espaço político-social. Esse caráter múltiplo decorre justamente do reconhecimento de que o Direito estatal, perante a complexidade, instabilidade e contradições das atuais sociedades, é apenas uma dentre inúmeras fontes de direito. Em que cenário deve ser contemplado o fenômeno do pluralismo jurídico?

É necessário vislumbrar a pertinência em face da ineficácia do atual aparato jurídico tecno-formal, perante relações sociais cada vez mais imprevisíveis; daí a importância do reconhecimento de manifestações normativas fora da égide estatal e oriundas das necessidades e particularidades dos novos sujeitos sociais e da pluralidade cultural dos povos indígenas. Direito do outro deve ser enxergado como reflexo de uma estrutura pulverizada também pelo conflito entre múltiplos atores sociais. É racional, lógica e plenamente possível a existência de normas derivadas de fontes diversas, desde que reiteradas nas práticas e interações sociais, como é o caso do direito costumeiro com prática reiterada nas comunidades dos diversos povos indígenas do Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2013

Brasília, 22 de agosto de 2013.

Direito como um produto espontâneo da sociedade, sendo que cada uma delas cria internamente a sua própria norma jurídica. É precisamente esse o "Direito vivo", desapegado dos grilhões dogmáticos, doutrinários e estatais; proveniente da vida concreta dos indivíduos. Ehrlich traz a lume um direito que se volta para a solução dos conflitos intersubjetivos de uma forma mais equânime e eficaz. Destarte recai flagrante a oposição à ciência jurídica dominante, preconizadora do direito positivo enquanto receptáculo de toda a lei. Para o professor Boaventura põe como alicerce o desafio de se construir uma sociedade justa e atenta a todas as classes sociais e às peculiaridades que as circundam. Tal proposta passa pela superação desses paradigmas inerentes ao campo jurídico e que contribuem para a perpetuação de um Direito estático, frio e talhado pelas vicissitudes do normativismo absoluto.

Ademais, passa pelo entendimento de que a capacidade de um juiz de atender às demandas da sociedade cada vez mais multifacetada é tão mais forte quanto sua vontade de atuar de forma interdisciplinar e não-automatizada, voltado para o direito emergente dos conflitos e manifestações dos excluídos. Os muros robustos do legalismo e da visão estática que assolam o campo jurídico só ficam mais próximos de serem transpostos quando também se enrobustece a noção de um pluralismo no qual as classes oprimidas e suas relações com o mundo também se tornam fontes de direito.

autor é índio residente na Aldeia Jaguapirú, advogado OABMS 10.689 e Jornalista SRTE 773MS. Wilson_matosdasilva@hotmail.com



Carta aberta dos povos do vale do javari sobre a ameaça de projetos petroleiros no Brasil e Peru

SÍTIO CEDEFÉZ, 21.08.2013

Entre os dias 15 e 18 de agosto os povos indígenas da TI Vale do Javari/AM estiveram reunidos na Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari – FPEVJ/FUNAI para o encontro “Levantando Demandas, Discutindo Necessidades e Definindo Prioridades”, organizado pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA. O encontro contou com a participação de importantes lideranças indígenas do Vale do Javari que discutiram e repudiaram os interesses das empresas petroleiras e dos governos brasileiro e peruano em explorarem hidrocarbonetos em áreas próximas aos limites da TI Vale do Javari.

Abaixo o Documento Final desta reunião na íntegra.

CARTA ABERTA DOS POVOS DO VALE DO JAVARI SOBRE A AMEAÇA DE PROJETOS PETROLEIROS NO BRASIL E PERU

Nós lideranças dos povos indígenas Mayuruna (Matsés), Marúbo, Matís e Kanamary, reunidos na Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari – FPEVJ, na oportunidade do Seminário dos Povos Indígenas do Vale do Javari que tem como tema “Levantando Demandas, Discutindo Necessidades e Definindo Prioridades”, que foi a oportunidade de avaliação do nosso movimento indígena na retomada da luta pela nossa sobrevivência, atualmente ameaçada com projetos de grande impacto que desrespeitam as leis que nos protegem.

Clamamos para que as autoridades representadas pelo Ministério Público Federal, a 6ª Câmara, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e outros intercedam e exijam dos governos brasileiro e peruano a paralisação de qualquer atividade petroleira próxima a nossa terra e em especial próximo a área de ocupação de índios isolados. Repudiamos qualquer proposta que possa impactar ambientalmente e socialmente nosso território e nossos povos. Não aceitamos o recente anúncio do leilão da Agencia Nacional do Petróleo - ANP para área no rio Juruá, próximo a nossa terra e de nossos parentes isolados. Também não aceitamos os projetos petroleiros do governo peruano na região do rio Jaquirana, pois afeta índios isolados de ambos os países e a terra tradicional do povo Matsés, na fronteira Brasil-Peru, com poluição dos mananciais e do próprio rio Javari que afetará não somente os indígenas, mas as populações ribeirinhas que vivem na margem dele.

Solicitamos do Ministério da Justiça através da FUNAI uma audiência com a presidente da república em Brasília – DF para nos ouvir e apresentar nossa reivindicação. Exigimos que o governo federal nunca tome decisão sobre o Vale do Javari sem antes nos consultar, principalmente no que diz respeito a qualquer projeto que impacta a terra indígena do Vale do Javari e seus povos, porque a presidenta Dilma Russef não vem respeitando os direitos dos povos indígenas garantida na Constituição Federal e na 169 da Organização Internacional do Trabalho que prevê a “Consulta Livre, Prévia e Informada”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2013

Brasília, 22 de agosto de 2013.

Não queremos repetir a história que a Petrobras cometeu nos anos 70 a 80 na região do Vale do Javari, que destruíram nossas malocas, roças, dinamitaram nossos lagos e igarapés envenenando mananciais, causando morte de vários indígenas, contaminaram nossas aldeias com sarampos e DSTs, acúmulo de lixos na selva do nosso território, danificando a fauna e flora, trouxeram malária para a região. Tudo isso foi encoberto até os dias de hoje.

E se a presidenta não nos ouvir, nós povos indígenas do Vale do Javari, iremos lutar contra a Agência Nacional de Petróleo, para tanto, estamos saindo do nosso seminário, mais do que nunca unidos, fortalecido e preparado para luta com todos os nossos povos.

FPEVJ, encontro dos rios Ituí e Itaquai, 18/08/2013.

Fonte: Helena Ladeira Azanha



O Governo Tarso Genro e as manobras para violar os direitos indígenas

SÍTIO CIMI, 21.08.2013

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin) e o Conselho de Missão entre os Índios (Comin) vêm a público denunciar as tentativas de coerção e de intimidação praticadas por representantes do governo estadual do Rio Grande do Sul, neste 20 de agosto, contra lideranças indígenas Guarani e Kaingang.

Desde o dia 19 de agosto, líderes dos povos Kaingang, Guarani Mbya, Charrua e Xokleng participam do 7º Fórum Estadual dos Povos Indígenas, onde refletem e debatem temas relacionados à terra e aos direitos indígenas. Na véspera deste evento, representantes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) viajaram para a cidade de Erechim onde tentaram convencer integrantes do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) a paralisarem os procedimentos de demarcação das terras indígenas. Afirmaram que o governo do estado não quer conflito e, por isso, se posiciona contra as demarcações e propõe, como alternativa, a transferência de comunidades indígenas para áreas de terra distantes daquelas que vêm sendo demarcadas pela Funai. Dentre as terras indígenas contestadas pelo governo de Tarso Genro estão Mato Preto, Passo Grande da Forquilha e Mato Castelhana.

O posicionamento do MPF e da Funai foi, como não poderia deixar de ser, contrário às pretensões do governo estadual, posto que estas ferem os preceitos constitucionais. Ainda assim, no dia 20 de agosto, o Secretário da SDR, Ivar Pavan, informou à imprensa que o governo estava solucionando os impasses através de propostas alternativas às demarcações de terras e, além disso, solicitaria ao Ministério da Justiça a revogação de todos os procedimentos demarcatórios nos municípios de Sananduva e Getúlio Vargas (nos quais se situam as áreas de Mato Preto e Passo Grande da Forquilha).

Na tarde deste mesmo dia, o Secretário Ivar Pavan realizou reuniões individuais na SDR com o líder indígena Joel Guarani, Cacique da terra Mato Preto, e com a liderança Kaingang Leonir Franco, da terra Passo Grande da Forquilha. Conforme relato das lideranças indígenas, estavam presentes na reunião, além de Ivar Pavan, o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Fabiano Pereira, e outros servidores estaduais, entre eles Inácio Benink e Elton Scapini.

O Cacique Joel informou que os representantes do governo tentaram convencê-lo de que o melhor para a comunidade de Mato Preto seria renunciar à terra demarcada pela Funai, de 4.200 hectares, e aceitar deste total apenas 223 hectares, que coincidem com uma área que foi demarcada no início do século XX. Constrangido, o Cacique disse que não poderia se manifestar sem ouvir sua comunidade.

Leonir Franco, de Passo Grande da Forquilha, informou que os representantes públicos também lhe apresentaram uma proposta semelhante, a de abrir mão do procedimento de demarcação,

CONT.



já em suas etapas finais, e aceitar uma área de 237 hectares. Diante da reação imediata de Leonir, afirmando que os Kaingang não fariam nenhum tipo de acordo que ferisse seus direitos, os agentes do governador tentaram intimidá-lo, informando que a comunidade não teria outra escolha que não aquela proposta porque a terra por eles reivindicada "jamais será demarcada".

Importante salientar que ambas as comunidades dos povos Guarani e Kaingang vivem acampadas em beiras de estradas há mais de dez anos. Juntamente com as ameaças de que as comunidades ficariam sem qualquer pedaço de terra, a situação de vulnerabilidade social das mesmas é usada como trunfo, pelo governo gaúcho, na perspectiva de convencê-las a negociar seus direitos.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin) e o Conselho de Missão entre os Índios (Comin) denunciam a tentativa de coerção e abuso de poder por parte de servidores públicos e de Secretários de Estado, justamente aqueles que deveriam zelar pelo cumprimento das leis e assegurar que os direitos de todos os cidadãos sejam respeitados. Lamentavelmente, no Rio Grande do Sul, representantes do poder público buscam privilegiar pessoas que atualmente ocupam as terras em processo de demarcação ou que pretendem explorá-las. No nosso entender, este tipo de prática autoritária e truculenta, além de violar os direitos humanos dos povos indígenas, impõe a eles mais sofrimentos, na árdua luta pela efetiva garantia do direito constitucional à terra.

Porto Alegre, 21 de agosto de 2013

Conselho de Missão entre Índios (Comin)

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin)